

SINDSEP-AM



Manaus, março de 2023

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO AMAZONAS

MAIOR PARTE DOS MUNICÍPIOS DO AM TEM PROJETOS COM A FUNASA



Criada em 1991, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) segue, há 31 anos, realizando um trabalho primordial para a melhoria do saneamento básico das populações menos favorecidas. Só a Superintendência do Amazonas possui, atualmente, projetos em 51 dos 62 municípios do estado. A maior parte dos trabalhos é voltada a oferecer água tratada e saneamento para famílias carentes.

“A Funasa, hoje, é o único órgão do governo federal que atua em saneamento rural no país, em nível de ministério. No Amazonas, todos os municípios têm populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas, e a Funasa atua diretamente com saneamento básico para essas pessoas”, explica o superintendente do órgão no Amazonas, Wenderson de Souza Monteiro.

São mais de 100 trabalhadores em atuação no estado, entre servidores federais, estagiários e terceirizados. Além da sede, em Manaus, os profissionais fazem viagens de campo para atender a população dos municípios, nos mais diferentes problemas.

“O desafio do saneamento é nacional, não só no Amazonas. Temos uma dificuldade grande nisso, precisa de recurso na ponta. Um exemplo são os lixões por todo o Brasil, mas não é só isso. Temos que resolver o problema da falta de água potável, da falta de esgoto e do próprio lixo”, afirma o superintendente.

O carro-chefe da Funasa no AM é, hoje, o projeto Salta Z, uma miniestação de tratamento de água que pode ser instalada em comunidades de populações tradicionais e atender até 100 famílias com água potável.

Em segundo lugar, está o trabalho de instalação de banheiros adequados nas residências de pessoas em vulnerabilidade social, no interior. “O nosso trabalho começa com a procura por parte das prefeituras, que pedem os projetos para determinadas comunidades. Após sermos acionados, vamos até o local e realizamos uma ação de educação com aquelas pessoas. Depois, fazemos a instalação e ensinamos a população a operar e fazer manutenção”, explica o técnico de saneamento da Funasa, José Moura. Além desses projetos, as prefeituras também participam de editais publicados pela Funasa para obter recursos que permitem a execução de obras de saneamento.

Em seu site, a Funasa ressalta que o trabalho realizado pelo órgão ajuda a reduzir casos de diarreias, cólera, dengue, febre amarela, hepatites e outras doenças nos municípios. O efeito positivo ajuda diretamente na redução de atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), o qual a Funasa é integrada.

Extinção

Mesmo com toda essa contribuição, em seu primeiro dia de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou medida provisória extinguindo a Funasa, sob o argumento de que sua gestão era deficitária. Entidades representativas dos servidores e servidoras do órgão e parlamentares do Congresso Nacional lamentaram o fato e tentam reverter a medida.

No último dia 24 de janeiro, o Sindsep-AM realizou, na frente da sede da Funasa, em Manaus, protesto contra sua extinção. “Durante essa luta, ouvimos comentários sobre o porquê de a Funasa existir. Isso é lamentável, pois mostra um profundo desconhecimento sobre o trabalho do órgão. Daí a necessidade de dialogarmos com os parlamentares, os servidores e com a sociedade para mostrar que a Funasa não perdeu seu objetivo”, destaca o secretário-geral do sindicato, Walter Matos, servidor aposentado da Funasa.

Segundo Matos, “o governo Lula está tomando medidas bem acertadas, que levam para história, no entanto, a extinção da Funasa é uma medida equivocada. Afinal, para acabar o carrapato, mata-se a vaca. A condução de rumo da Funasa não passa pela sua extinção, mas pela sua reestruturação”.



SALTA Z, UM PROJETO QUE DEU CERTO



A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o acesso à água potável e ao saneamento básico como um direito humano essencial, fundamental e universal. Apesar disso, muitas pessoas ainda enfrentam dificuldades para alcançar essas garantias. E não é preciso ir longe para encontrar essa realidade.

Em Manaus e nos municípios do interior do Amazonas, há muitos exemplos. Em diferentes comunidades ribeirinhas, quilombolas e em aldeias indígenas, a principal fonte de água vem dos rios ou poços artesianos, porém, nem sempre o líquido está apropriado para o consumo. Felizmente, o problema tem sido solucionado aos poucos, por meio de um projeto criado e gestado por técnicos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa): o Salta Z, cuja implementação iniciou em 2017.

De lá para cá, já ajudou centenas de famílias em situação de vulnerabilidade.

“Esse projeto é algo que veio para revolucionar. São mais de 200 comunidades atendidas em 47 municípios do Amazonas. Antes dele, nunca havia se pensado em uma estação compacta que pegasse a água bruta, imprópria para consumo, e deixasse ela potável. É o que o Salta Z faz por meio de alguns compostos químicos presentes no equipamento”, explica o técnico de saneamento ambiental, José Moura.

Visualmente, o Salta Z é muito semelhante a uma caixa d’água comum, porém, na parte inferior, há uma bomba que pode puxar o líquido do rio ou de um poço e levá-lo, por meio de canos, a filtros e dosagens químicas que resultam no produto final: água limpa. A capacidade é de 1 mil litros de água por hora.

Processo

O acesso ao Salta Z começa com as prefeituras. As gestões municipais procuram a Funasa que, por sua vez, faz a doação do projeto, avaliado em R\$ 25 mil. Em seguida, servidores da prefeitura e moradores, sob o auxílio de técnicos da Fundação, instalam a miniestação.

“A manutenção do Salta Z fica a cargo das prefeituras e dos moradores. Nós treinamos essas pessoas e ensinamos a cuidar da estação, a fazer a troca dos fluídos e resolver possíveis problemas. Se bem cuidado, o Salta Z pode durar até 10 anos”, explica o técnico da Funasa.



EXPEDIENTE

Jornal do Sindsep-AM

Diretoria executiva:

Walter Matos, Adminildo Santos, Menandro Sodré, Jorge Lobato, Margareth Buzaglo, Geralda Oliveira, Gleig Sá, Josimar Alves, João Leite, Aprigio Filho, Sebastiana Pessoa, Edivaldo Marinho

Produzido por
Repercussão C&M

Jornalista responsável:
Yndira Assayag

Jornalista redator:
Waldick Feitoza Júnior

Revisão:
Carla Pereira

Fotografias:
acervo Funasa
Divulgação
Reprodução Internet

Tiragem:
500 exemplares

POR DIREITO SANITÁRIO PARA TODAS E TODOS

Embora seja comum nos centros urbanos, a existência de banheiros construídos de maneira a atender a critérios sanitários ainda é um desafio para pessoas em vulnerabilidade. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2019, três em cada dez domicílios não têm banheiros e acesso à rede de esgoto. Na região Norte, o cenário é ainda pior. Oito em cada dez domicílios não possuem banheiro e esgoto.

No Amazonas, esse cenário é frequente em comunidades tradicionais do interior do Estado, sejam elas de indígenas, quilombolas ou ribeirinhos. Muitas vezes invisibilizado, é neste campo em que atuam os técnicos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Desde 2003, especificamente, o órgão federal fomenta a instalação de banheiros em residências de pessoas vulneráveis.

Esses módulos sanitários são um padrão de banheiro que a Funasa desenvolveu, e acompanha um kit com vaso sanitário, chuveiro, pia e um lavatório na parte de fora, para lavar roupas. Ele tem também uma fossa séptica com filtro e sumidouro. O conjunto sanitário deve ser construído, preferencialmente, na parte interna ou integrado ao domicílio, para facilitar o

acesso dos moradores. Em comunidades onde as casas costumam ser de madeira, os banheiros da Funasa se destacam por serem de alvenaria, conferindo maior durabilidade e segurança. As famílias ficam responsáveis apenas pelo cuidado com o espaço, após a entrega.

“
Nos locais em que instalamos o Salta Z e os módulos sépticos, conseguimos, praticamente, zerar as doenças causadas por problemas sanitários

José Moura - técnico da Funasa

“O trabalho inicia com o acionamento da Funasa pelas gestões municipais. Fazemos uma cooperação e a Funasa disponibiliza o projeto e o recurso financeiro. As prefeituras ficam encarregadas, então, de construir o banheiro”, afirma o técnico do órgão,

José Moura.

A Funasa acompanha toda a obra, especialmente porque o recurso completo só é liberado à medida em que a construção também avança. A Fundação também fiscaliza o pós-obra, garantindo que a verba pública foi aplicada devidamente.

“Normalmente, as prefeituras escolhem um único bairro para fazer as obras. Por exemplo, se eles têm 200 banheiros para serem implantados, então, escolhem um só bairro. Se vão numa casa e veem que já possui banheiro e fossa, então constataam que lá não precisa. Eles priorizam as áreas mais necessitadas”, comenta.

O técnico da Funasa destaca que a mudança de vida dessas populações é visível após a instalação dos banheiros. Sem os módulos sanitários disponibilizados pelo órgão, boa parte das residências utiliza banheiros com fossas não adequadas ou até mesmo apenas um buraco no chão.

“A gente vê isso muito claramente, especialmente pela redução das doenças. Nos locais em que instalamos o Salta Z e os módulos sépticos, conseguimos, praticamente, zerar as doenças causadas por problemas sanitários, incluindo diarreias e infecções”, afirma Moura.



UMA EXTENSA HISTÓRIA DE SERVIÇOS NA SAÚDE PÚBLICA DO BRASIL

A Funasa foi oficialmente criada pelo decreto nº 100, de 16 de abril de 1991. Entretanto, o começo de sua história é muito anterior, pois foi fruto da fusão de vários outros órgãos, sendo os principais a Fundação Serviços de Saúde Pública (Fsesp) e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam). Também fizeram parte dessa trajetória a Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde (Snabs) e a Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde (Snpes). Cada uma com extensa folha de serviços prestados à saúde pública.

A contribuição da Fsesp à Funasa veio de seu pioneirismo na associação das ações preventivas às de assistência curativa e de saneamento básico, desenvolvendo métodos e experiências de organização de sistemas locais de saúde; de municipalização de sistemas de abastecimento de água; de tecnologias simplificadas e adaptadas à realidade local, e de fluoretação da água destinada ao consumo humano.



Nascida no auge da 2ª guerra mundial, com o Serviço Especial de Saúde Pública (1942), atuava em regiões despovoadas e extremamente pobres, como os interiores do Nordeste e da Amazônia. Por conta disso, o saneamento foi incluído como parte integrante de sua rotina sanitária. Durante quase 50 anos, chegou a atuar em 600 municípios, operando cerca de 861 unidades básicas de saúde. Manteve, ainda, o Instituto Evandro Chagas (IEC), que possuía o principal laboratório de investigação em arbovirose no país e desenvolvia inúmeros projetos de investigação científica nos campos da Virologia. Dele faziam parte o Centro Nacional de Primatas (Cenp), que estudava a biologia e a reprodução de animais para pesquisas científicas, e a Escola de Enfermagem de Manaus (EEM).

Já a Sucam, criada em 1970, resultou da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), de 1956; da Campanha de Erradicação da Malária (CEM), de 1965; e da Campanha de Erradicação da Variola (CEV), de 1966. Dela, a Funasa herdou experiência e conhecimento acumulados, ao longo de várias décadas, de atividades de combate às endemias de transmissão vetorial, que transformaram a Sucam no órgão de maior penetração rural no país. Sua estrutura operacional estava presente em todos os estados brasileiros.



Não há localidade no interior do Brasil, por mais remota, que não tenha sido periodicamente visitada por guardas da Sucam. A eficiência e a disciplina desses servidores sempre foram reconhecidas pela população e pelas autoridades locais.

A estrutura de campo foi também utilizada na execução de outras atividades de saúde pública, fora do âmbito de suas responsabilidades institucionais. Tinha como finalidade o controle ou erradicação das grandes endemias no Brasil, desenvolvendo quatro Programas de Controle de Doenças: chagas, malária, esquistossomose e febre amarela, bem como cinco campanhas: contra a filariose, o tracoma, a peste, o bócio endêmico e as leishmanioses. Possuía em todas as unidades federadas diretorias regionais, que tinham em sua estrutura distritos sanitários, totalizando oitenta em todo o país, sendo essas as unidades responsáveis pela operacionalização de atividades de campo.

Engenheiro agrônomo e sanitarista, o Dr. Raul Diniz Souza Amorim, hoje com 80 anos, vivenciou grande parte dessa história. “Comecei ainda na CEM, em 1967, e só saí em 1994, quando já era Funasa, de modo que convivi muito tempo com os companheiros da Sucam, um órgão que fez muito pela saúde no Amazonas”, lembra. Ele destaca que, além das suas atribuições principais, como o combate à malária e outras endemias, a Sucam foi responsável por marcantes trabalhos no Estado, inclusive no campo das imunizações, como a campanha de erradicação da varíola. “Esse foi um trabalho muito importante, mas houve outros como o de combate à epidemia de meningite, entre 74 e 79, além do lançamento do personagem Zé Gotinha, em 1986, para a campanha de vacinação contra o vírus da poliomielite”, lembra. Ele conta que a Sucam chegou a ter, somente no Amazonas, mais de 800 servidores, entre administrativos e agentes de campo.

Snabs e Snpes

A Snabs e a Snpes, mesmo dispostas de reduzido quadro de pessoal técnico e atuando apenas no nível central nacional, puderam, durante os 14 anos de existência, implantar e implementar importantes programas de saúde pública, por meio do trabalho de coordenação com secretarias estaduais de saúde e instituições técnico-científicas diversas, os quais a Funasa recebeu como legado. Na Snabs, os resultados mais expressivos ocorreram na área de imunizações, cujo trabalho obteve reconhecimento internacional. Da Snpes, foram transferidas as ações de Coordenação Nacional de Pneumologia Sanitária e de Dermatologia Sanitária. Posteriormente, sua atuação foi ampliada para as demais pneumopatias e para as dermatoses de interesse sanitário.

Fonte: funasa.gov.br